

ATA Nº 16/2017 – SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR.

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete às dezenove horas, no auditório do Centro de Eventos do Parque de Exposições Jayme Canet Júnior, iniciou-se o credenciamento de participantes da segunda audiência pública de revisão do Plano Diretor Municipal conforme lista de presença anexa a presente ata. O Edital de convocação foi publicado no Jornal de Beltrão na edição nº 6161 do dia 16/03/2017 página 8ª e na edição nº 6168 do dia 25/03/2017 página 6ª na capa da edição nº 6170 do dia 29/03/2017 na edição nº 6171 do dia 30/03/2017 página 04, inserção do banner do convite na página inicial do sítio da prefeitura franciscobeltrao.pr.gov.br a partir do dia 15/02/2017, entrevista do coordenador em duas edições na TV Beltrão do dia 29/03/2017, e entrevista na Rádio Princesa dia 30/03/2017 às nove horas e quinze minutos, bem como, ofícios enviados ao poder legislativo, Ministério Público 3ª Promotoria, correio eletrônico às instituições, associações, sindicatos e organizações não governamentais que compõe a Comissão de Acompanhamento e visitas às universidades. Estiveram reunidos, atendendo à convocação, a Sociedade de Francisco Beltrão representada por diversos segmentos e entidades organizadas, bem como a coordenação dos trabalhos de revisão, membros da Equipe Técnica Municipal – ETM e membros da Comissão de Acompanhamento – CA, e o Ministério Público na pessoa do Dr. Flávio Caliri Schmidt Promotor de Justiça Substituto da terceira Promotoria de Justiça da Comarca de Francisco Beltrão Estado do Paraná. Na lista de presenças por ocasião do credenciamento, foram registradas as seguintes presenças: 01 – Samoel Pitz - SENAC; 02 – Roberto Granzer - Agência Ádamo; 03 – Valter Mazzetto - Bairro Presidente Kennedy; 04 – Claudio Loes – Ecophysis; 05 – Joana Raitz Allein – Unipar; 06 - Gabriela Pletsch – Unipar; 07 - Itamir Montemezzo – Secretaria Municipal de Urbanismo; 08 – Nelson Venzo – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural; 09 – Jean Roberto Domsin – Sudenge; 10 – Alan Alcení Muelh – Pinheirinho; 11 – Christine Nascimento Grabaski – Unioeste/CCSA; 12 - Juliane Ioris – Prefeitura Municipal; 13 – Luiz Carlos da Silva – LCS; 14 – Alaércio Paulo Corazza – Prefeitura Municipal; 15 – Roberto Olegario – Unipar; 16 – Bruna Freitas de Oliveira – Vigilância em Saúde; 17 – Inácio Pereira – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico; 18 – Itamar Lanzarin – Jardim Seminário; 19 – Tânia Roselli Musame – Associação de Deficientes Físicos e Visuais de Francisco Beltrão ADFVFB; 20 – Dalva Colling – Vigilância Sanitário Prefeitura; 21 – Mônica Ag – Unipar; 22 - Maicon de Oliveira – Prefeitura Municipal; 23 – Luidgi Pereira Dalla Cort – Unipar; 24 – Luiz Carlos Flavio – Unioeste; 25 – Wilian Amann – Departamento Municipal de Cultura; 26 - Angela C. Paludo - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico; 27 – Heloisa Bortot – Secretaria Municipal de Planejamento; 28 – Sílvia Regina Pereira – Unioeste; 29 – Alcinar Paulo Fraslébon – Unioeste; 30 – Rosa F. Vandresen – Secretaria Municipal de Educação; 31 – Vanessa De Gois – Unipar; 32 – Indianara Soares – Unipar; 33 – Beatriz M. Bastos - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural; 34 – Marilda Galvan – Departamento de Trânsito DEBETAN; 35 – Zenaide T. de Mello; 36 – Marizete de Freitas; 37 – Andrea Maria Zorzo de Almeida – BMB-DVB; 38 - Rojane M. Kletecke – Eng. Agrônoma; 39 – Adriano Roberto David – Secretaria Municipal de Meio Ambiente; 40 – Giovane J. Berte – Comunidade Batista Betel São Miguel; 41 –

Ivo Sendeski – Núcleo das Imobiliárias de Francisco Beltrão; 42 – Aline Biezus - Secretaria Municipal de Saúde; 43 – Nileide T. Perszel – Secretaria Municipal de Planejamento; 44 – Ladi Dal Bem – Clube de Diretores Lojistas de Francisco Beltrão CDL; 45 – Rodrigo Inhoatto – Câmara de Vereadores; 46 – João Sergio Canterle – Emater; 47 – José Carlos Kniphoff – Câmara de Vereadores; 48 – Itacir Camilo Rovaris - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico; 49 – Jorgiane Pagnan – Unioeste; 50 – Marcos Anselmo Gross dos Santos – Departamento de Defesa Civil; 51 – Tatiana Ghisi – Unipar; 52 – Eloi Trevisan; 53 – Eliete Braghini – Rotary Cango; 54 – Félix Padilha - Associação de Deficientes Físicos e Visuais de Francisco Beltrão ADFVFB; 55 – Luciano Schmitz – Advogado; 56 – Fernando C. Manosso – ITFPR; 57 – Liziane Karla T. Behne - Secretaria Municipal de Planejamento; 58 – Paulo José Iunko – Rio Tuna; 59 – Letícia Cantu – Bairro Industrial; 60 – Alexandre Pecoits – Associação Empresarial de Francisco Beltrão ACEFB; 61 – Nádia Bonatto – Secretaria Municipal de Meio Ambiente; 62 – Tiago Marcelp – Secretaria Municipal de Finanças; 63 – Natalia Balboena; 64 – Mozart S. Maciel; 65 – Edimar Nava – Construtora Projeto; 66 – Guilherme Seifert Neto - Secretaria Municipal de Planejamento; 67 – Debora Nazario – Bairro Júpiter; 68 – Helio de Oliveira – União das Associações de Francisco Beltrão Unibel; 69 – Vilmar Rigo – Secretaria Municipal de Meio Ambiente; 70 – Ricardo Leme – Unioeste; 71 – Natalia Hartmann – Unipar; 72 – Ridonei Antunes Unipar; 73 – Sidney D. Mas – Unipar; 74 – Santana R. Lehr – Bairro Industrial; 75 – Max Nuni Cesca Battisti – IBGE; 76 – Gean Carlos Leandro – UTFPR; 77 – Emerson Luiz Maciel; 78 – Carlos N. Gianta. No protocolo, Claudiney Del Cielo, do departamento municipal de imprensa e comunicação declarou a abertura da Audiência e relatou os eventos anteriores para a revisão do Plano Diretor Municipal, a seguir fez a leitura do Edital de Convocação e constituiu frente de honra: Prefeito Municipal Cleber Fontana, Vice-Prefeito e Secretário de Planejamento Antonio Pedron, José Carlos Kniphoff representando a presidente da Câmara Municipal de Vereadores e Dalcy Salvati coordenador da revisão do Plano Diretor Municipal e Dr. Flávio Caliri Schmidt Promotor de Justiça Substituto da terceira Promotoria de Justiça da Comarca de Francisco Beltrão Paraná. A seguir Claudiney fez menção às autoridades presentes. No uso da palavra Dalcy Salvati agradeceu a todos os presentes falou da importância de mais este evento com a participação popular e expressou a intenção que este seja produtivo. Antonio Pedron, no uso da palavra ressaltou o trabalho do coordenador por ser uma missão desafiadora; expressou que de fato conseguimos delinear um Plano Diretor atualizado que atenda aos anseios e necessidades dos munícipes o desenvolvimento urbano sustentável, agradeceu, sobretudo, a participação de todo cidadão interessado no futuro de Francisco Beltrão. Com a palavra o Prefeito Cleber Fontana cumprimentou os membros da frente de honra e a todos os presentes e declarou que esta Audiência encerra um dia de conquistas para Francisco Beltrão que teve neste dia a presença do governador, do presidente da Assembléia Legislativa e outras autoridades autorizando a obra do Contorno Oeste ligando a Cidade Norte PR 180 até a PR 483 saída para Cascavel e a apresentação de projeto de drenagem urbana para evitar enchentes e alagamentos do Rio Marrecas, Cleber atribuiu estas conquistas a toda população, agradeceu ao secretário e vice-prefeito Antonio Pedron e o coordenador Dalcy Salvati que aceitaram o desafio de seguir com os trabalhos de revisão do Plano Diretor após o

término e não renovação de contrato com a empresa de consultoria; Cleber disse que estamos chegando num patamar onde as ações necessitam ser pensadas com responsabilidade, como por exemplo, pensar num futuro Centro Cívico para a cidade, pensar em projetos arrojados para o problema das enchentes e das cheias, não simplesmente praças, rotatórias, semáforos, etc. Desafiou a pensar Francisco Beltrão com qualidade de vida, mas com visão futurista, uma visão maior; solicitou colaboração de todos para planejar Francisco Beltrão. Dando sequência e finalizando o protocolo Claudiney enalteceu o trabalho compartilhado da Equipe Técnica Municipal com a Comissão de Acompanhamento, nominando as entidades integrantes: ACEFB Associação Empresarial de Francisco Beltrão, UNIBEL União das associações beltronenses; IAP Instituto Ambiental do Paraná regional de Francisco Beltrão; SUDENGE Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Sudoeste do Paraná; SINTRACON Sindicato da Construção Civil; Observatório Social de Francisco Beltrão; CDL Clube de Dirigentes Logistas; CESUL Centro Sulamericano de Ensino Superior; UNISEP União de Ensino do Sudoeste do Paraná; UNIPAR Universidade Paranaense; UNIOESTE Universidade Estadual do Oeste do Paraná; UTFPR Universidade Tecnológica Federal do Paraná Campus de Francisco Beltrão; Câmara Municipal de Vereadores; Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Urbanismo; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural; SINDISEM Sindicato dos Servidores Públicos Municipais; EMATER local; IBGE Agência Francisco Beltrão; Defesa Civil Municipal e Estadual; ADFVFB Associação de Deficientes Físicos e Visuais de Francisco Beltrão e NUDEARQ – Núcleo de Arquitetos de Francisco Beltrão. Ao finalizar, Claudiney agradeceu a atenção e passou a palavra ao coordenador dos trabalhos Dalcy Salvati. Ao iniciar Dalcy programou para duas horas a reunião, sendo possível ainda, a quem interessar permanecer ao término para perguntas e sugestões. Dalcy explicou da dinâmica para os trabalhos e foi distribuído formulário para o participante registrar sua pergunta e ou sugestão/proposta, como também um cartão para o momento de votações e solicitação da palavra; o que será possível a partir da apresentação do produto de debates na primeira audiência pública e das três oficinas temáticas realizadas. Iniciando apresentação em *Power Point* Dalcy relatou as fases até agora percorridas para revisão do Plano Diretor Municipal que foi iniciado em 2006 com a gestão de governo anterior, e profissionais envolvidos, disse que tomou conhecimento de todo conteúdo através da leitura das atas de reuniões, assistindo as gravações disponíveis e demais documentos. Para os questionamentos da primeira audiência pública quais sejam: 1-Como vemos nosso Município hoje? 2- O que queremos para o nosso Município? 3- Quais são os principais problemas enfrentados? 4- O que temos de melhor para impulsionar o desenvolvimento? 5- Qual a melhor forma de participar do Plano Diretor? Foram então levantadas pelos cinco grupos formados varias questões e deficiências de cada grupo que após compiladas foram definidos os temas para as três oficinas: Oficina1- Mobilidade Urbana e Acessibilidade; Oficina2- Meio Ambiente e Águas; Oficina3- Macrozoneamento e uso e ocupação de solo. Produto da Oficina 1 - Mobilidade Urbana e Acessibilidade apresentação de propostas de cinco grupos formados, baseadas nas deficiências e reivindicações: a) Rota de caminhões que passam pelo centro da cidade → será resolvido com a construção do contorno oeste que fechará o anel viário; Caminhões que trafegam na cidade e efetuam manobras

prejudicando o trânsito → transferência das empresas que operam esse tipo de transporte para locais mais adequados fora da cidade; c) comércio concentrado no centro, congestionamento nas horas de “pico” → privilegiar o centro da cidade para pedestres com ampliação dos passeios dificultando o acesso de veículos e estacionamento; d) dar atenção aos corredores de acesso a cidade “entradas” → implantação de binários eixos viários formados por Avenida Porto Alegre + Avenida Florianópolis, Avenida União da Vitória + Rua Maringá, Avenida Luiz Antonio Faedo + Avenida Santo Fregonese, incluindo a reurbanização; e) Melhorias dos acessos as estradas do interior, implantação de trevos da rodovia principal para a vicinal → rodovias estaduais, reivindicações junto ao D.E.R projetos de acesso com segurança, requer ação política; f) Rede de pontes interligando os bairros, levando em conta a hidrografia urbana → O plano de sistema viário existente e a ser atualizado contempla a construção de pontes, duas delas já foram executadas; g) Exigência de estacionamentos privados para estabelecimentos, no interior do seu terreno ou na própria edificação → o Plano Diretor atual já exige área de estacionamentos para os estabelecimentos, os parâmetros serão revistos nesta revisão; h) Melhorias de acesso ao local de Santa Bárbara que atende a UTFPR e Colégio Agrícola → Elaboração de projeto específico para esta via prevendo o alargamento, ciclovia e calçadas; transporte coletivo e ciclovias: i) Estabelecer linhas de ônibus interuniversitárias, incluindo o hospital regional futuro hospital universitário com as universidades → Solicitar um estudo de viabilidade desta linha junto a concessionária do serviço de transporte coletivo; j) Conciliar as paradas de ônibus junto a ciclovia existente na Rua Curitiba – conflito → Verificar os pontos de conflito nesta via e achar uma solução que atenda a situação indicada; k) Ciclofaixas – repensar e aprimorar – incluir na legislação → Elaboração de um plano / projeto de implantação das ciclovias que atenda a todas as regiões da cidade; l) Estabelecer ciclovias ou ciclofaixas interligando os parques da cidade e também as universidades → Elaboração de um plano municipal de mobilidade contemplando todos os meios de locomoção, incluindo-se as ciclovias; m) Ponto de discordância: quanto aos estacionamentos no centro - faltará espaço no futuro para cada o cidadão deslocar-se com seu carro para uma loja ao mesmo tempo em período e horário → alegação: a implantação de estacionamentos na área central poderá provocar congestionamentos nas horas de “pico” → A finalidade seria de tirar o máximo possível a circulação de veículos na área mais central da cidade; n) Veículos velhos abandonados em acostamento de vias públicas → o código de posturas estabelece as normas disciplinadoras da utilização do espaço pública, cabe a notificação do proprietário, prazo para a retirada do veículo, não sendo atendido a remoção e a penalidade. Acessibilidade: o) Calçadas obstruídas – obras irregulares invadem o espaço público. ex: bares / lanchonetes → o código de posturas do município já prevê estas situações: fiscalizar e aplicar, se for o caso, a penalidade; p) As ruas priorizam os veículos em detrimento dos pedestres e ciclistas → Incentivar o deslocamento a pé e por bicicletas – melhorias nas calçadas, novos calçadões e rede de ciclovias; q) Aclives e declives nos acessos de veículos nas edificações – calçadas ajustadas para os carros e não para os pedestre → Fiscalizar e exigir do proprietário a adequação do acesso de veículos para tornar a calçada acessível, e não simplesmente resolver o seu problema; r) Os proprietários são os responsáveis pela execução da calçada em frente ao seu terreno, o que causa

desconexão e falta de padronização → A execução das calçadas deveria ficar por conta da prefeitura, cobrando o serviço do proprietário, resultando em calçadas padronizadas, mais contínuas e uniformes projeto padrão; s) O transporte público não tem atendido o deficiente físico e visual, falta de informação → Instalar um sistema de sonorização funcional para informações no interior dos ônibus → parceria com as universidades para desenvolver um aplicativo de celular específico; t) melhorias na sinalização viária para os deficientes visuais → Incluir sinalizadores sonoros nos semáforos e onde houver a necessidade; u) Centro da cidade: espaços destinados para pedestres sendo usados para estacionamento de veículos → Requer fiscalização dos órgãos de trânsito; v) Estabelecer que o loteador entregue o empreendimento com o passeio construído → Estabelecer exigência na lei de parcelamento do solo (loteamentos), há controvérsias; x) Implantação de calçadas largas com espaço suficiente para a circulação de pessoas, para as plantas e para os postes de iluminação e sinalização → Implantar mais áreas com calçadas; y) Alargar os passeios públicos existentes para garantir uma boa circulação → só será possível com a diminuição do espaço de circulação e de estacionamento de veículos as ruas centrais, com exceção da avenida, possuem pouca largura; w) A nova lei do PDM deve abordar e punir quem desrespeita as normas de acessibilidade, colocar regras aos loteadores e intensificar a fiscalização → já existe legislação federal, estadual e municipal e normas que tratam da questão de acessibilidade, exigir seu cumprimento. Concluindo, Dalcy ilustrou situações abordadas com fotos reais. Neste espaço até a apresentação do produto da próxima oficina, alguns participantes solicitaram a palavra: - Félix Padilha da ADFVFB comentou a dificuldade dos deficientes físicos, apesar de terem sido executados pontos de acessibilidade nas calçadas estes não atendem a necessidade e não resolveu o problema. – Professor Luiz Carlos Flávio da Unioeste sobre Ciclovias lembrou a Conferência das cidades do assunto debatido nos grupos, a idéia foi dada de se colocar radiais para “costurar” a cidade, interligar os pontos da cidade. – Professora Silvia R. Pereira da Unioeste disse que participou da primeira audiência e reuniões com o MP acerca de vários temas, que na sua opinião deveriam acontecer mais oficinas, a forma de condução que toda a discussão não foi considerada, destacou o documento ao MP, alguns pontos muito discutidos e que são faltantes para serem votados, faixas, redutores de velocidade, acesso à parques, carros no interior do parque, o uso do parque por auto escolas de forma inadequada causando falta de segurança aos cidadãos, disse que outro ponto discutido com a promotora ponte próximo ao Mano Manfroí sem acessibilidade, ciclovias ou ciclofaixas na Rua Curitiba falta de fiscalização, padronização para atender a necessidade de trabalhadores ciclistas; itinerário do transporte coletivo que não atende nos horários noturnos final de aulas nas universidades. Dalcy comentou o que foi falado, dizendo que realmente as cidades dão prioridade a veículos. - Professor Fernando Manosso da UTFPR relacionado a mobilidade citando temas apontados: pensar como está nosso binário antes de pensar em expandir, visão prioritária do motorista na sociedade; na Gestão anterior já se falava em outros binários, exemplo com a Rua Maringá, opina ser inadmissível pensar em binários sem ter calçadas acessíveis, outra problemática é a travessia dos binários por pedestres, é uma roleta russa em que se tenta travessia em uma possibilidade de segundos por carros estarem em alta velocidade, largura excessiva da via como rodovia poderiam ser mais estreitas, necessário técnicas

apuradas e investimento nas ruas, concorda com projeto de calçadas padronizadas com arborização a ser trabalhada e há soluções que não envolvem dinheiro, para mercadorias e carros velhos abandonados fiscalizar e aplicar multas. - Itacir Rovaris citou exemplo de ciclistas que não utilizam a ciclovia por falta de educação dos cidadãos. – Inácio Rodrigues Pereira falando aspecto da mobilidade sugeriu calçadas apenas de um lado da rua e outro lado livre, para circulação de pedestres e ciclistas, como forma de resolver a mobilidade, atenção com relação à rede de distribuição elétrica, árvores lixeiras que ocupam as calçadas. Dalcy frisou a importância da participação dos proprietários em não deixar tudo para a administração municipal, diante de recursos cada vez menores aos municípios, são medidas a longo prazo, mas se faz necessário iniciar. – Helio de Oliveira da Unibel: os problemas são muitos para tentar soluções, em 2005 foi delegado na conferência das cidades e em projeto com a Copel preocupar-se com algo maior, exemplo rede de energia elétrica em forma de canalização. - Professora Indianara Soares da UNIPAR disse que participou de todas as etapas desta revisão do PDM da primeira audiência, das oficinas e da Conferência das Cidades, agradeceu ao coordenador Dalcy e vice-prefeito pela atenção, pois até então não tinha acesso direto e foi atendida pela atual administração; Agradeceu professores presentes que são formadores de opinião na busca de diálogo com a promotoria, tudo na intenção de ajudar a colaborar, sobre acessibilidade é necessário pensar a cidade daqui há dez anos, fez a experiência de pedalar na ciclofaixa em época de férias partilhando depois com os alunos; Sugere Audiências mais prolongadas para dar tempo de tratar os assuntos que são muitos e necessários serem debatidos e considerados, Sugeriu juntar para a próxima audiência os assuntos debatidos na conferência das cidades. Dalcy informou que realizou contato e posterior reunião com direção das Universidades e já está marcado um workshop na Unioeste dia 19 de abril às 19:30 horas; Dalcy relatou que aprendeu a gostar do planejamento de cidades quando de sua experiência de trabalho com Jaime Lerner, o que renasceu recentemente a pensar a cidade de Francisco Beltrão. - Natália Balboena Dona de casa declarou que o Debetran só pensa em multar os motoristas, necessário fazer algo com o prolongamento do industrial para tirar os jovens da rua que tomaram conta, se instalando bares e baderna naquele local e incomodam moradores e estes precisam ligar para polícia, desrespeitam hospital que existe próximo, pensar no futuro esta questão. – Itacir Rovaris, tornando a falar, enfatizou que as questões são discutidas e trabalhadas hoje esquecidas amanhã, reforçou a idéia de se criar um Instituto para atualizar constantemente as temáticas. Retomando, Dalcy colocou em votação as propostas da Oficina 1 Mobilidade Urbana e Acessibilidade que foram aprovadas pela maioria, assim como novas reivindicações desta ata que passam a ser consideradas. Dalcy retomou a apresentação de slides: Produto da Oficina 2 – Meio Ambiente e Águas apresentação de propostas de seis grupos formados, baseadas nas deficiências e reivindicações: Grupo 1: CHEIAS / ALAGAMENTOS E ASSOREAMENTOS: ENCHENTES ALAGAMENTOS → deveriam ser mapeadas as áreas de risco de alagamentos (enchentes); → Criar mecanismos para coibir o uso destas áreas de risco de alagamentos; → Ações imediatas, em locais pontuais, para solucionar falta de vazão nas tubulações de águas pluviais; → Construção de canais subterrâneos (túneis) para escoar as águas da cidade rapidamente, por ocasião das cheias / chuvas; → Definir e implantar áreas de recarga / áreas de

infiltração de águas da chuva na área urbana; → Exigir lagoas de contenção e dissipadores nos loteamentos; → Que todas as liberações de loteamentos sejam analisadas por conselho definido para esta finalidade; → Desenvolver políticas de incentivo e exigências de controle e contenção de águas na bacia do Rio Marrecas, na cidade e zona rural; → Implementar, qualificar e equipar a defesa civil, com pessoal suficiente e qualificado para fiscalizar, orientar e dar atendimento aos desastres naturais.

GRUPO 2 - LOTEAMENTOS e OCUPAÇÕES DESORDENADAS → Verticalização planejada: incentivar a verticalização da cidade em zonas adequadas e definidas para esta finalidade – evitando a expansão horizontal exagerada; → Ocupação dos espaços vazios urbanos – evitando a especulação imobiliária e otimizando a utilização da infraestrutura existente em seu entorno - inibe a expansão do perímetro urbano; → Controle da expansão horizontal / perímetro urbano – cada vez mais a população está ficando distante do centro; → Otimização do espaço público - a cidade está pensada para os carros - a cidade devolvida para as pessoas, pedestres e ciclistas - mais largura nas calçadas; → Implantação do IPTU progressivo para lotes e as áreas de vazios urbanos; → Fiscalização das normas novas e das antigas ainda vigentes.

GRUPO 3 – CONSTRUÇÕES EM ÁREA DE RISCO E DESLIZAMENTOS: → Regras mais específicas e claras na permissão de construção de edificações e de loteamentos em áreas de encostas – tanto para o cidadão como para o loteador; → Instituir uma comissão de engenheiros do setor público e do setor privado , para analisar o estudo de impacto de vizinhança - apresentar soluções para danos que poderá causar; → Fiscalização pelo poder público e pela própria comunidade, implantar um canal específico tipo Disk Denúncia, para denunciar as ocupações; → Coleta, preservação e o reaproveitamento das águas da chuva nas edificações - compensação das áreas do terreno que foram impermeabilizadas, existe já legislação sobre o assunto, necessita a melhoria e a sua efetiva aplicação; → Plantio de árvores nas encostas e a instalação de lagoas de contenção onde se faz necessário; → Incentivar o uso de telhados verdes (permeabilidade) e de telhados com maior inclinação (granizo) nas edificações; → Criação de “IPTU Ecológico” - incentivo (desconto) ao munícipe que implantar soluções ecológicas como: corte em degraus nos taludes, lagoas de contenção, telhado verde, selo ecológico para loteamento dentro das normas; → responsabilizar o loteador por problemas que vierem a serem causados no futuro, por um período de 10, 20 ou 30 ANOS. (Responsabilidade Técnica legal para obras é de 5 anos); → Construir reservatórios de água de vertentes, na zona rural, para os períodos de estiagem.

GRUPO 4 – COLETA SELETIVA e RESÍDUOS SÓLIDOS: → Implantar a educação ambiental nas escolas - falta conscientização, pela maioria da população, na separação do lixo; → Reestruturar as associações com uma melhor logística de coleta, criar e implantar espaços adequados para as famílias que fazem coleta seletiva informal; → Modernizar a coleta de lixo orgânico - projeto e criação de compostagem - incentivo para ações particulares ou por bairros; → Implantar ações para que a logística reversa possa funcionar de forma eficaz; → Buscar novas e inovadoras metodologias para o depósito do lixo – o atual aterro está com sua vida útil limitada.

GRUPO 5 – ÁREAS DE PRESERVAÇÃO e ÁREAS VERDES: → Exigir o cumprimento da legislação das APP's – áreas de preservação permanente - e a devida fiscalização e notificação; → Toda a área sujeita a alagamentos deve ser preservada - políticas municipais de compensação; → Criar "licença complementar"

de autorização antes das licenças emitidas pelo IAP - essa licença inclui a vistoria prévia da prefeitura; → Manutenção das áreas com vegetação nativa transformando-as em parques e unidades de conservação - potencial biológico - garantir a sua preservação e o seu grau de perpetuidade; → Incentivos a criação de corredores de biodiversidades nas áreas urbana e rural; → Topos de morros considerados como valor paisagístico devem ser preservados; → Rever o plano municipal de arborização urbana existente – elaborar um projeto de arborização de forma inteligente a médio e longo prazo, compatível com a acessibilidade. GRUPO 6 – CONSERVAÇÃO DO SOLO / NASCENTES e FONTES: → Necessidade do mapeamento das nascentes buscando maior preservação; → Proteção de fontes e nascentes na zona rural - necessidade de implantar programa de preservação de nascentes rurais e mata ciliar; → Controle, inibição e aplicação de penalidade para a supressão da vegetação; → Orientação da população rural para evitar a contaminação de nascentes; → Técnicas de conservação do solo nas cabeceiras de drenagem; → Exigências de bacias de contenção nos novos loteamentos - inclusive nos loteamentos já instalados; → controle de impermeabilização do solo; → Fiscalização sobre a utilização de agrotóxicos tendo em vista o alto índice de contaminação de águas; → maior incentivo à agricultura orgânica e agro florestas; → Proibição da pulverização com agrotóxicos na área urbana; → Monitoramento das nascentes para maior fiscalização; → Facilitar canais de denúncia aos órgãos competentes - com emissão de protocolo de acompanhamento; → Política de saneamento na área rural. Finalizada esta apresentação alguns participantes solicitaram a palavra: - Professor Luciano Candioto da Unioeste: Disse que participou da primeira audiência, oficinas e reuniões e enalteceu a evolução dos trabalhos como, materiais e estudos que foram disponibilizados no site, maior participação e pessoas envolvidas, mas falou que sua preocupação é no sentido da metodologia de onde vamos chegar, pois implica mudança de lei, levantadas e aprovadas as propostas como isso vai se transformar em lei? Por isso em sua opinião melhor não ter pressa na discussão, a qual pensa ser também esta a opinião da promotoria, como exemplo citou a consulta pública no site, no seu próprio caso ao acessar o questionário no site demorou em torno de uma hora para preencher as quarenta e duas questões, a preocupação é como sistematizar todas as sugestões de forma que possam integrar a nova Lei; realizar um fiel Diagnóstico com mapa atual sobrepor ao mapa do zoneamento antigo, o que integrou um estudo de áreas de ocupação que foi apresentado alguns meses atrás para equipe técnica da prefeitura; um bom Planejamento precisa da participação, como nesta audiência o empenho necessário para participação considerando os compromissos de cada um, sugeriu realizar mais reuniões descentralizadas nos bairros, as questões que se repetem, professores interessados e equipe técnica da prefeitura capacitada para efetuar as mudanças, portanto sugere pensar a metodologia. Dalcy mencionou as dificuldades enfrentadas no processo: base cartográfica deficiente, poucos profissionais, está há apenas dois meses nesta tarefa mas os desafios são muitos, as imagens cedidas pela Copel em 2012 já mudou para isso pede o auxílio dos universitários; transformar todas as sugestões em produto acabado é tarefa complexa, é um desafio, mas também temos prazo a cumprir que já foi prorrogado. - Luiz Carlos da Silva da LCS Topografia: faz sua a preocupação do professor, informou que a empresa se propôs a dispor para a prefeitura uma base cartográfica,

somos a única cidade com marco geodésico que se encontra no aeroporto e em outros pontos, que se encontra no corpo jurídico da prefeitura para normatizar esses marcos junto ao do Paraná para unificar e fortalecer a base cartográfica, após regulamentada estar disponível no site da prefeitura; Opinou que arruamentos devem ser definidos pelo poder público e não pelo loteador, tem ocorrido projeto feito pelo loteador aprovado sem muito critério; da necessidade de vias públicas serem determinadas pelo poder público para termos crescimento ordenado, cidades de menor porte devem se organizar no crescimento ordenado, leis que dificilmente são cumpridas, necessidade de entendimentos entre loteador e poder público. Professor Ricardo Leme da Unioeste: muito se tem falado sobre legislação, grande preocupação no andamento das discussões, foram realizadas reuniões, oficinas, workshop, três audiências públicas, mas necessita maior embasamento na questão que chama a pensar: como nossas preocupações serão seguidas na Lei? É preciso conhecer previamente a Lei a ser elaborada, o conjunto de leis na verdade, que os projetos de lei sejam trazidos para discussão; Lei de parcelamento de solo, de zoneamento, de meio ambiente, ajudam a orientar e esclarecer os passos que foram dados, sugere de antes de encaminhar a câmara, seja divulgada na mídia/internet para verificação de que são realmente sendo atendidas pelo interesse coletivo; prévia da Lei estar a disposição para votação, e ir além do espaço da Câmara para as pessoas poderem acompanhar as discussões em sessões itinerantes, em auditórios de universidades, e outros locais; uma terceira sugestão: muito se falou anteriormente sobre o Instituto de Planejamento Urbano para agir concomitantemente com a revisão do Plano Diretor para dar seguimento continuidade na aplicação e atualização para que a próxima revisão seja um projeto realmente condizente com nossas necessidades. Claudio Loes – propõe definir em Lei não expandir a área urbana nos próximos dez anos; Francisco Beltrão ser signatária do Programa Cidades Sustentáveis, para ter uma cidade com qualidade de vida e padrões referenciados e reconhecidos; Política Municipal de Meio Ambiente e Política Municipal de Educação Ambiental estabelecer metas para cada um dos objetivos; Compostagem domiciliar de resíduos orgânicos vegetais, acrescentar na lei de cisternas para construções novas, válida para todo tipo de habitação; cumprir legislação vigente para morro e fundo de vale (citou exemplo construção do CEJU em área imprópria): criar ferramenta compatível com novas tecnologias de acesso fácil (aplicativo) para fiscalização em tempo real: registro fotográfico do local, data, hora e coordenadas geográficas, gerando um protocolo que o denunciante possa acompanhar, autuações, multas e outros na área ambiental disponível portal da transparência, mapa de cheias disponível a população em acesso fácil inclusive via aplicativo referenciado por coordenadas geográficas; criação do Instituto de Planejamento Urbano autônomo através de lei específica independente de mudança de gestão ou de governo para que haja continuidade e constante evolução. - Luiz Carlos Flávio da Unioeste/Geografia : Citou escritor e indagou: Qual a grande pergunta do mundo? Quem manda na economia? Para a nossa realidade: Quem é que loteia? Quem é que manda na cidade? Uma lógica retrógrada de que ainda manda o loteador o que comanda a expansão, se intromete na vida da rua, na especulação imobiliária que ordena o espalhamento da cidade, individualização das ações e dos interesses, cumprir leis para atender ao interesse coletivo, e não aos “homens do dinheiro”; Qual atitude política a seguir? idéias

concretas por exemplo imposto IPTU progressivo, forçar loteadores a seguir os parâmetros de verticalização, citou visita recente a cidades da Itália, exemplos de cidades referenciais, colocar na lei imposto progressivo, quem manda na cidade é o coletivo e não o individual. - Indianara Soares da Unipar: Colocar em projeto para nova lei do Plano: topo de morro preservado e não paisagístico, levar em consideração Decreto já existente que não fiscaliza loteamentos, prefeitura precisa fiscalizar os loteamentos se esta sendo feito em conformidade com a lei, o mapa de levantamento das cheias é só uma mancha, fazer com dados cartográficos, outro ponto: fazer algo quanto aos deslizamentos ocorridos, constar no PDM a Lei de criação de Instituto Permanente de Planejamento Urbano. Dalcy lembrou que o Plano já existe só será atualizado como as leis que o compõem. - Jean R. Domsin da Associação de Engenheiros: investimentos, fiscalização da cidade, unir teoria com a prática não burocratizar demais, não somente impor, repensar alguns vícios da prefeitura que se repetem exemplo: terrenos com 30% de declividade quem é responsável por projeto; no setor viário acesso citou imóvel próximo ao Hospital Regional, consultar um engenheiro de tráfego para pensar no contorno e acesso ao Hospital, cada um pensa na sua própria comodidade, sugeriu ainda na Avenida Atílio Fontana radar 40 por Hora, criar vias secundárias e estacionamentos. Antes de o coordenador finalizar as discussões sobre esta oficina - Antonio Pedron secretário de planejamento e vice-prefeito declarou que com a questão das enchentes é grande a preocupação, para isso será anunciado em breve um projeto com a secretaria estadual que resolverá em grande parte, significativo avanço onde os mais fracos e vulneráveis é que sofrem nessas situações; estamos dispostos a dialogar, ninguém é dono da verdade, falar de coisas factíveis, histórico de erros e acertos, analisar o passado para ajudar a construir o futuro; pois a legislação de expansão urbana foi melhor no passado como exemplo os bairros Alvorada, Nossa Senhora Aparecida e Vila Nova, serviços públicos estão em expansão pela crescente demanda; há necessidade de se considerar que a cidade precisa crescer, muitas pessoas chegam a Francisco Beltrão por conta de ser polo regional em diversas áreas, tem que atrair capital com proteção ao meio ambiente de forma sustentável; sobre vegetação nos topos de morros planejar compensação para quem proteger e ser exemplo para outras cidades, envolver mais pessoas, são todas idéias muito válidas que precisam ser ampliadas e trabalhadas, aproveitar potencial intelectual que a cidade possui e transformá-las em aplicabilidade consistente, colocar no papel; Construir um Plano Diretor possível e factível, não vamos mais permitir errar daqui pra frente diante de reivindicações que se repetem, exemplo compromisso de mudar e melhorar legislação de loteamentos, temos falhas mas não é possível termos um fiscal em cada porta, o cidadão deve ter a consciência de fiscalizar, cuidar do que é de todos, mesmo em pequenos buracos ou problemas em vias ninguém arruma se não for a prefeitura, todos queremos cidade bacana mas fazer também sua parte em cidadania, a agricultura cuidada pensando no meio ambiente, captação de água colocar em prática algo que já está escrito; Antonio Pedron ainda informou que em diálogo com promotoria foi colocado que se necessário alongar o prazo da revisão para todas as questões sejam incluídas. Dalcy deu continuidade na apresentação Produto da Oficina 3 – “Macrozoneamento, uso e ocupação de solo”. Apresentação de propostas de cinco grupos formados, baseadas nas deficiências e reivindicações: Dalcy destacou que foi uma oficina mais

técnica e que envolve mais conhecimento. GRUPO 1 – MACROZONEAMENTO – USO E OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO: → Reduzir a Macrozona do eixo de desenvolvimento econômico ao longo da PR 483, que vai até a divisa com o município de Ampére para até o acesso ao Distrito de Jacutinga; → Reduzir a Macrozona do eixo de desenvolvimento econômico ao longo da PR 475, que vai até a divisa com o município de Verê, para até o Distrito de Nova Concórdia; → Estabelecer esta Macrozona para a rodovia PR 566, em direção à Itapejara D'Oeste até o acesso ao Distrito de Jacaré; → Estabelecer critérios para coibir a instalação de empresas poluidoras nestes eixos de desenvolvimento; → Aumentar a faixa de ocupação do eixo de desenvolvimento econômico de 100m para 150m em cada lado da Rodovia; → Demarcar todos os eixos de desenvolvimento e definir antecipadamente a sua ocupação, antes mesmo que sejam ocupados; → Qualificar tipos de indústrias de forma que a demanda de cada uma seja atendida com menor impacto ambiental possível, ex: com grande consumo de água – alocar a indústria pós captação para abastecimento da cidade; → Faixa de isolamento acústico, área verde, em torno das indústrias e entre as áreas industriais e residenciais; → Estudo de impacto de vizinhança – EIV para futuros loteamentos; → Planejamento macro para as Rodovias que integram os eixos de desenvolvimento econômico – acesso, desvios, vias marginais, previsão de duplicação ou terceira faixa. GRUPO 2 – ZONEAMENTO – ZONAS E ÁREAS URBANAS: → Necessidade de mapas mais atualizados com escala adequada, escalas de apresentação em 1:2.000, com dados reais e específicos; → Identificar as áreas sujeitas à inundação e, baseado nela estabelecer uma zona específica, com seus parâmetros e usos condicionados à questão das enchentes – denominaria-se Zona Vermelha; → Definir melhor as ZEIS – zonas especiais de interesse social; → Os mapas deveriam constar as curvas de níveis, com precisão; → Limitar a ampliação da zona central, em razão de ser a mais impermeável – taxa de permeabilidade de 10%; → Fiscalização mais rigorosa exigindo que a legislação seja respeitada; → Mais critério com o uso das zonas dos eixos de crescimento – ruas; → Maiores critérios em instalações e usos das zonas ZUM 1 E ZUM 2 (zonas de uso misto) – usos industrial, de comércio, de serviços e residencial; → Exigir estudo de impacto de vizinhança (EIV) quando for necessário; → Manter no zoneamento a ZRO – zona de restrição de ocupação e a ZPP – zona de preservação permanente, mas definir melhor a legislação que as rege; → Manter zonas industriais ao longo dos contornos; → Incluir zonas exclusivamente residenciais e o padrão de ocupação – não existem no PD atual; → Definir em mapa as áreas passíveis de ocupação antes da aprovação do PD; → Verificar a corrente de ar, que sentido, para liberar para indústrias. GRUPO 3 – ZONEAMENTO – PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO: → Posição contrária de um dos participantes, da ocupação de 100% do terreno para a utilização destinada a garagens na ZC – zona central. O grupo não chegou a um consenso, sugeriram uma reunião posterior com engenheiros e arquitetos para definir o parâmetro e apresentarem proposta; → Necessidade de fiscalização, se não houver fiscalização em vão será todo este trabalho de revisão do plano diretor. Número de fiscais reduzidos – necessidade de um maior número; → Ocupação das calçadas, ou até a rua, pelo barraco, por equipamentos e materiais das obras que estão sendo executadas; → Posição contrária de um dos participantes, de deixar livre a altura das edificações na ZC – zona central e limitar o número de pavimentos; → Exigir o

cumprimento da lei de captação das águas de chuva para reuso, em todas as edificações, de acordo com cálculo de volume previsto; → Exigência de estudo de impacto de vizinhança – EIV, que seja consistente tecnicamente e analisado por técnicos que tenham conhecimento e não só para cumprir as formalidades legais.

GRUPO 4 – ZONEAMENTO – PARÂMETROS DE USO DO SOLO: → Delimitação real das áreas e das zonas dos recursos hídricos e das áreas de preservação: ZPA – zona do parque do aeroporto, ZPLM – zona do parque linear do marrecas, ZPP – zona de preservação permanente, ZPAV – zona de proteção de áreas verdes, SPQ – setor de parque; → O grupo 4 concluiu que a análise e discussão dos parâmetros de uso e ocupação do solo deveria ser tratado em uma reunião específica e com mais tempo pela razão de se tratar de um assunto muito técnico; → e de que muito do que o grupo debateu já foi dito e apresentado pelos outros grupos.

GRUPO 5 – PERÍMETRO URBANO / ZONAS DE EXPANSÃO URBANA

GRUPO 6 - POLÍTICA URBANA – POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO: → tipo de cidade que queremos – estatuto das cidades 2001 – função social da propriedade; → implantar IPTU progressivo como ferramenta de enfrentamento dos vazios urbanos; → Definição das ZEIS – zonas especiais de interesse social. ex: área do Bairro Padre Ulrico e área do Bairro Pinheirão (Rua Acre) área do entorno da UPA ser definida com ZEIS; → Desapropriação de terrenos ociosos após a aplicação do IPTU progressivo e pagamento com títulos da dívida pública; → Aplicar o Direito de Preempção – preferência de compra pelo poder público; → Definição do perfil misto de ocupação - verticalização ou edifícios baixos, novos limites de verticalização; → Exigir estudo de impacto ambiental para a implantação de grandes empreendimentos; → Revisão da planta genérica de valores – PGV que incide na cobrança do IPTU; → Não expandir a área urbana pelos próximos 10 anos; → Cumprir a legislação vigente para topo de morro e fundo de vale; → Francisco Beltrão ser signatária do programa Cidades Sustentáveis; → Estabelecer metas e prazos para cada um dos objetivos da política municipal de meio ambiente política municipal de educação ambiental; → Compostagem domiciliar de resíduos orgânicos vegetais; → Ter o mapa de cheias disponível facilmente para toda a população, inclusive aplicativo referenciado por coordenadas geográficas; → Criação do Instituto de Planejamento Urbano Autônomo através de lei específica.

Finalizada apresentação da oficina participantes pediram a palavra: - Professor Ricardo Leme citou necessário observar o Estatuto das Cidades, ferramentas a serem utilizadas para fazer cumprir a ação social. Não deixar de lado esse instrumento na revisão do Plano Diretor, IPTU progressivo, definição das ZEIS, trabalhar em conjunto com idéias e soluções; posição das ultimas gestões não se mudou os parâmetros de verticalização, permaneceram como eram, citou que após seis meses da Lei depois de aprovados foi alterado para atender favorecimentos, ou oportunizar a terrenos menos favorecidos; Na questão da verticalização impor limites, mesmo porque, por exemplo, o Corpo de Bombeiros não tem equipamento apropriado para atender eventual incêndio em prédio alto; Impor novos limites, diminuir expectativa de lucro para atender a Lei; bairros descaracterizados já possuem torres de 10 andares e assim crescendo, impacto de vizinhança pensar nisso, rever dar passo atrás, por exemplo, ultima alteração na lei de expansão do perímetro urbano deveria ser revogada, deve haver estudos mapear, que se condicione a retomada da lei expansão do perímetro urbano com a finalização do

novo Plano Diretor. - Jean R. Domsin: colocar em destaque o direito adquirido, imóvel familiar comprometido por equívocos anteriores, ser justo para todos inclusive para quem tem o patrimônio em jogo. - Professora Silvia R. Pereira: questão anterior entrega de relatório encaminhado a comissão estadual, contem destaque as definições de ZEIS, proposições o que de fato será aprovado, definir áreas impróprias, áreas vazias desprovidas, questão séria definição de ZEUS e IPTU progressivo diretamente ligado a novo Plano Diretor. PLANO DIRETOR 2006 - MOBILIDADE e ACESSIBILIDADE: Reestruturação da malha viária / Plano de Mobilidade Urbana: - Contorno Rodoviário Oeste, - Calçadas acessíveis, - Programa de ciclovias, - Plano de identificação dos logradouros (ruas), - Plano do transporte coletivo urbano, - Transferência do terminal de transportes urbanos para o terminal rodoviário (rodoviária), - Implantação de um novo terminal rodoviário. SÍNTESE DAS SUGESTÕES E PROPOSTAS: MOBILIDADE → TRÂNSITO: - Construção do contorno oeste → completa o anel viário e retira o fluxo de caminhões da área central da cidade; - transferência das empresas, que demandam o transporte de caminhões para a periferia da cidade → retirar o fluxo de caminhões da área central da cidade; - Dar continuidade na implantação de binários (eixos viários) → av. porto Alegre e Av. Florianópolis / Av. União da Vitória e Rua Maringá, entre outros; - Melhorias no acesso à localidade de Santa Bárbara que atende a UTFPR e o Colégio Agrícola; Rede de pontes interligando os bairros → O Plano do Sistema Viário, previa a construção de mais 4 pontes, destas 2 já forma executadas; - Privilegiar o centro da cidade para os pedestres → Dificultar o acesso dos veículos. Ampliar as calçadas e implantar mais calçadas; - Exigir estacionamentos privados para os clientes dos estabelecimentos comerciais e de serviços na área central; - Melhorias dos acessos as estradas do interior com a implantação de trevos da rodovia principal para a rodovia vicinal → rodovias estaduais – reivindicação junto ao DER projetos de acesso com segurança. TRÂNSITO e SISTEMA VIÁRIO: ponto de discordância: → quanto aos estacionamentos no centro - faltará espaço no futuro para cada o cidadão deslocar-se com seu carro para uma loja ao mesmo tempo em período e horário; → Alegação: a implantação de estacionamentos na área central poderá provocar congestionamentos nas horas de “pico”; → A finalidade seria de tirar o máximo possível a circulação de veículos na área mais central da cidade. TRANSPORTE COLETIVO: - estabelecer linhas de ônibus “interuniversitárias” incluindo o hospital regional, futuro hospital universitário, com as universidades → solicitar um estudo de viabilidade desta linha junto à concessionária do serviço de transporte coletivo; → O transporte público não tem atendido o deficiente físico e visual - falta de informação → Instalar um sistema de sonorização funcional para informações no interior dos ônibus. → Parceria com as universidades para desenvolver um aplicativo de celular específico. CICLOVIAS: → elaboração de um plano / projeto de implantação das ciclovias que atenda a todas as regiões da cidade → estabelecer ciclovias ou ciclofaixas interligando os parques da cidade e também as universidades; → Conciliar as paradas de ônibus junto a ciclovia existente na Rua Curitiba – conflito → Verificar os pontos de conflito nesta via e achar uma solução que atenda a situação indicada. MOBILIDADE: - Elaboração do plano municipal de mobilidade contemplando todos os meios de locomoção urbana: - PEDESTRES, - BICICLETAS, - CARROS, - TRANSPORTE COLETIVO: - Ônibus - VLP – Veículo Leve sobre Pneus, - VLT – Veículo Leve sobre Trilhos, - BARCO – Por que não ? /

Aproveitamento do Rio Marrecas. - Elaboração do PLANO DO SISTEMA VIÁRIO URBANO contemplando: - Previsão de futuras avenidas - Implantação de novos binários - Interligações viárias - pontes / viadutos / trincheiras - trevos / rotatórias – sinalização. ACESSIBILIDADE: → Fiscalizar e exigir do proprietário a adequação do acesso de veículos para tornar a calçada acessível, e não simplesmente resolver o seu problema → aclives e declives nos acessos de veículos nas edificações – calçadas ajustadas para os carros e não para os pedestres; - a execução das calçadas deveria ficar por conta da prefeitura, cobrando o serviço do proprietário, resultando em calçadas padronizadas, mais contínuas e uniformes, projeto padrão → Os proprietários, atualmente, são os responsáveis pela execução da calçada em frente ao seu terreno, o que causa desconexão e falta de padronização; → implantação de calçadas largas com espaço suficiente para a circulação de pessoas, para as plantas e para os postes de iluminação e sinalização. - Alargar os passeios públicos existentes para garantir uma boa circulação. - Implantar mais áreas com calçadas → só será possível com a diminuição do espaço de circulação e de estacionamento de veículos, as ruas centrais, com exceção da avenida, possuem pouca largura → implantar mais áreas com calçadas. PLANO DIRETOR 2006 ASPECTO AMBIENTAL: Programa de turismo rural e ecoturismo; - Criação da Escola Ambiental – educação ambiental; - Implantação do Parque Linear do Marrecas incluindo os rios Santa Rosa e Lonqueador; - Criação de novas unidades de conservação – áreas verdes e parques. SÍNTESE das SUGESTÕES e PROPOSTAS MEIO AMBIENTE e ÁGUAS: → mapear as áreas de risco de deslizamentos e alagamentos (enchentes) e criar mecanismos para coibir o uso destas áreas. → construção de obras necessárias para resolver os problemas das cheias do rio marrecas e de seus afluentes. → exigir lagoas de contenção e dissipadores nos loteamentos e → que todas as liberações de loteamentos sejam analisadas por conselho definido para esta finalidade. → desenvolver políticas de incentivo e exigências de controle e contenção de águas na bacia do rio marrecas, na cidade e zona rural → incentivar a compostagem domiciliar dos resíduos orgânicos vegetais → estabelecer metas e prazos para cada um dos objetivos da política municipal de meio ambiente política municipal de educação ambiental. SÍNTESE DAS SUGESTÕES E PROPOSTAS MEIO AMBIENTE E ÁGUAS: → incentivar a compostagem domiciliar dos resíduos orgânicos vegetais → estabelecer metas e prazos para cada um dos objetivos da política municipal de meio ambiente política municipal de educação ambiental. ÁGUAS: Foi elaborado, em 2012, o “plano municipal de controle de cheias e drenagem urbana e rural de Francisco Beltrão”. SÍNTESE DAS SUGESTÕES E PROPOSTAS MACROZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO: → reduzir a Macrozona do eixo de desenvolvimento econômico ao longo da PR 483 e da PR 475 e estabelecer a Macrozona na rodovia PR 566. Aumentar a faixa de ocupação de 100m para 150m → planejamento macro para as rodovias que integram os eixos de desenvolvimento econômico → acessos, desvios, vias marginais, previsão de duplicação ou terceiras faixas → necessidade de mapas atualizados com dados reais e específicos, curvas de níveis → mapa com a identificação das áreas sujeitas à inundação (zona vermelha) e disponível → incluir no zoneamento zonas de uso exclusivamente residenciais – não existe no atual PD → definir melhor os critérios de uso e ocupação das ZUM 1 e ZUM 2 (zonas de uso misto) → usos industrial, de comércio, de serviços e residencial. → exigência do

estudo de impacto de vizinhança – EIV, que seja consistente tecnicamente e analisado por técnicos que tenham conhecimento e não só para cumprir as formalidades → delimitação real das áreas e zonas dos recursos hídricos e de preservação → ZPA / ZPLM / ZPP / ZPAV E SPQ → necessidade de fiscalização, se não houver fiscalização em vão será todo este trabalho de revisão do Plano Diretor → número de fiscais reduzidos – necessidade de se ter mais. → não expandir a área urbana pelos próximos 10 anos (no mínimo) → lei do perímetro urbano → implantar o IPTU progressivo como ferramenta de enfrentamento dos vazios urbanos → desapropriação de terrenos ociosos → criação do instituto de planejamento urbano, autônomo, através de lei específica. CONSTATAÇÃO: Nos debates das oficinas as seguintes palavras: FISCALIZAR / FISCALIZAÇÃO apareceram 9 vezes, ENCHENTES / CHEIAS / ALAGAMENTOS apareceram 5 vezes, LOTEAMENTOS / LOTEADORES apareceram 8 vezes, o que indica a grande preocupação com estes 3 problemas urbanos. PLANOS COMPLEMENTARES ou ESPECÍFICOS ao PLANO DIRETOR MUNICIPAL: PLANO DE MOBILIDADE, PLANO DO SISTEMA VIÁRIO, PLANO DE HABITAÇÃO, PLANO DE EDUCAÇÃO, PLANO DE CULTURA, PLANO DE SANEAMENTO, PLANO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, PLANO MUNICIPAL DE TURISMO, PLANO AMBIENTAL, PLANO DE CONTROLE CHEIAS/ENCHENTES, PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE. PARAR REFLETIR: “As cidades não nascem prontas. Elas são construídas e se transformam, dia a dia, ano a ano, década a década. Podemos ter a cidade que sonhamos. Assim como podemos ter a cidade que não sonhamos. Depende de nós, de como a construímos ontem, hoje e amanhã”. Dalcy finalizando esta segunda audiência pública lamentou pouca participação popular, apesar de amplamente divulgada, quando é momento propício para se opinar as pessoas se omitem. Dalcy aproveitou para convidar a todos para a terceira audiência pública informando que acontecerá no dia vinte e sete de abril às dezenove horas neste mesmo local, visto que devido aos dias de feriados em abril a agenda fica um tanto prejudicada. Dalcy agradeceu a todos a participação. Na saída, os participantes que preencheram formulário com pergunta e/ou sugestão os entregaram a coordenação. A reunião encerrou às vinte e uma horas e cinquenta minutos e foi solicitado a mim Nileide T. Perszel, a redação da presente ata, que segue acompanhada pela lista de presença e assinatura dos participantes.